



Anais da Assembléia

13

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE MARÇO DE 1987.

ANO XLII

^a
1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 04. SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1987
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Raul Lopes e Nereu Carlos Massignan.

À hora regimental, é registrada à presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpelini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Ancantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Rubens Bueno, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Bárbara, Cândido Bastos, Homero Oguido, José Felinto, Luiz Antônio Setti e Paulo Furiatti (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) Senhor Presidente. (Assentimento).

Senhor Presidente: nas primeiras sessões, o plenário estava lotado de Parlamentares; foi até uma demonstração muito bonita de que realmente esta Assembléia está enquadrada no espírito de trabalho da

Constituinte. Mas, hoje, Senhor Presidente parece que tem muito Deputado plageando aquela propaganda da televisão: "tomou doril e sumiu", porque o plenário está vazio. Por isso, solicito a Vossa Excelência, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A matéria já está vencida.

Mas, a Mesa considerando o interesse de Vossa Excelência vai proceder ex-officio a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

36 Senhores Deputados responderam à chamada.

Está aprovada a ata.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n. 07/87, de sua autoria, que denomina "HORÁCIO RIBEIRO DOS REIS", o trecho da PR-180, que liga a sede do Município de Cascavel ao seu Distrito de Juvinópolis, em razão de que o objeto do referido Plano de Lei foi satisfeito pelo Decreto Governamental n. 10.337, de 10 de março do corrente.

Sala das Sessões, em 12.03.87.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a concessão de passagens aéreas e despesas de estadia, para deslocamento à cidade do Rio de Janeiro, onde participará como convidada do Programa de Assistência ao Menor, promovido pela Fundação Roberto Marinho.

Sala das Sessões, em 12.03.87

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente, congratulando-se e cumprimentando a Diretoria do Laboratório

Prado S/A, pelo transcurso do seu 39.º aniversário.

Sala das Sessões, em 12.03.87

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Em 12 de março de 1948, tendo como patrono um voluntário da Pátria na campanha do Paraguaí, o curitibano major Fidêncio Lemos do Prado, se deu a fundação do Laboratório em Curitiba.

Ao ser fundado tal instituição, recebeu a denominação de RIFFAUD E ZILLI LTDA., e a sua primeira diretoria foi composta pelos Professores MILTON PRADO RIFFAUD e LUIZ EULÓGIO ZILLI.

Por volta de 17 de fevereiro de 1956, a empresa passou a chamar-se de "LABORATÓRIO PRADO LTDA", tendo finalmente em 31 de dezembro de 1959 recebido a denominação de "LABORATÓRIO PRADO S/A", nome que ocupa até a presente data.

Quando do início das atividades em 1948, o Laboratório teve a sua produção voltada à Vacina Concentrada de Cristal Violeta (contra a peste suína clássica); vacina contra o Paratifo dos Leitões; Desinfetazul Prado e Pomada Prado.

Hoje, conta com uma linha de aproximadamente trinta e sete produtos, entre biológicos, hipodermoterápicos e suplementos alimentares.

O fundador, pesquisador e professor MILTON PRADO RIFFAUD é autor, inclusive da maioria das formulações.

O LABORATÓRIO PRADO S/A., é de capital essencialmente nacional e paranaense.

Este Laboratório forneceu inúmeros estágios profissionalizantes, tanto em nível secundário como universitário, tendo inclusive, enviado profissionais ao Exterior, para absorção de tecnologia.

Aproximadamente há dez anos, o LABORATÓRIO PRADO S/A deu início à produção da linha "COSMETOLÓGICA PRADO RIFFAUD", produção esta que já se definiu para todo o Brasil.

O LABORATÓRIO PRADO S/A dá hoje emprego para cinqüenta (50) pessoas entre técnicos e profissionais de diferentes setores, ainda como responsáveis os técnicos RACHEL MARIA ZILLI MERCKLE - Farmacêutica e TIBIRIÇÁ NEWTON DIEDRICHS - Médico Veterinário.

O LABORATÓRIO PRADO S/A foi também um pioneiro (2.º no Brasil), a produzir a vacina anti-rábica no Paraná. Na área da produção animal foi o primeiro a introduzir a mineralização dos rebanhos, através do SAL MINERAL PRADO.

Atualmente, o LABORATÓRIO PRADO S/A., possuiu a seguinte Diretoria:

Diretoria Presidente : BERNARDETTE TODESCHINI RIFFAUD

Diretoria de Produção : Professor MIL-

TON PRADO RIFFAUD

Diretor Comercial: ORLEY FEDATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente à Superintendência do Banco do Brasil - Regional do Paraná, solicitando a instalação de um Posto Avançado do estabelecimento financeiro, no distrito de Santa Tereza, município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1987.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, José Sarney, solicitando redução dos juros bancários, em atendimento às reivindicações dos agricultores, comerciantes e industriais, nas manifestações do último dia 10 do corrente.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1987.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Os juros bancários atuais inviabilizam o comércio e a produção agrícola, deixando o povo brasileiro numa situação de indefinição de perspectivas futuras. Os pequenos produtores e pequenos comerciantes serão levados à falência, caso persistam os elevados juros bancários que hoje penalizam a economia nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Vicente Okamoto, Mui Digno Prefeito Municipal de Goioerê, manifestando pesar pelo falecimento da Senhora Natsu Okamoto.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1987.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Natsu Okamoto, falecida no último dia 10, dedicou grande parte de sua vida ao convívio na comunidade goioerense, mantendo sua família unida e gerando filhos que vieram a prestar relevantes serviços ao progresso e crescimento de Goioerê.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 13/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná,

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública estadual a "ACRUCAM" - Auxílio à Criança de Rua de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1987.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Sra. Videte Maria Teixeira Sonsin, Presidente daquela entidade assistencial de Campo Mourão, espelha a presente solicitação a esta Casa de Leis, o trabalho de elevado cunho social desenvolvido pela ACRUCAM. Visando a promoção e integração de menores de rua, de 7 a 17 anos, filhos de famílias desagregadas e de bóias-frias moradores na periferia da cidade, a ACRUCAM vem atravessando momentos difíceis na tentativa da consecução de seus objetivos, face à inexistência de recursos financeiros que dêem condições ao atendimento àquelas crianças, resultados finais da economia capitalista e extremamente concentradora em que vivemos.

Por outro lado, a falta de recursos humanos capacitados que possam auxiliar neste trabalho torna o desempenho dessas atividades extremamente empíricas, sem o fundo técnico que as deveria orientar.

Diante disto, e também do fato de que sua atuação vem recebendo da população mourãoense os maiores aplausos, dado aos relevantes préstimos que tem computado na área de atendimento ao menos, aguardamos dos nobres Pares o deferimento deste nosso Plano de Lei, com sua conseqüente aprovação, visto estarem preenchidos todos os requisitos legais para a sua concessão, e ser este o caminho juridicamente possível para que a Entidade venha a receber, do Governo do Estado, a atenção que merece.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Alexandre Ceranto.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"Minhas primeiras palavras nesta tribuna e nesta Casa de Leis são de alegria e de esperança.

Alegria por estar aqui, representando uma expressiva parcela do eleitorado paranaense, especialmente do eleitorado de Umuarama e região, às quais me ligam laços afetivos, sentimentais e empresariais.

E esperança, por estarmos às vésperas da instalação de um novo governo. Um governo que uma vez cumpridas as promessas e os compromissos de campanha, terá por obrigação dar ao Paraná maior desenvolvimento e, aos paranaenses, melhores condições de vida.

Nesse particular, manifesto a expectativa de que o novo governo procure ter a marca da seriedade no trato da coisa pública, o que nem sempre aconteceu na administração que está chegando ao fim. Basta, por exemplo, que se atente para alguns fatos lamentáveis ocorridos nos últimos anos e já do conhecimento público. Ou então, que se olhe para o abuso da propaganda oficial, que de forma tão acintosa vem chocando a opinião pública, nestes tempos de crise e de aflições para a iniciativa privada, e de moratória no pagamento de nossa dívida externa.

Bem a propósito, manifesto também a esperança de que o novo governo passe a dispensar atenção especial à atuação das empresas estatais. E isto porque são elas, quase sempre, as responsáveis pelos maiores problemas da administração pública. É aí que acontecem os escândalos, que ocorrem os maiores desencontros, que campeia o empreguismo e que se praticam os grandes abusos! É aí que se age sem uma fiscalização efetiva, sem uma prestação de contas ao povo.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero também, nesta oportunidade, manifestar minha preocupação com a agricultura, o comércio e a indústria de nosso Estado, ora mergulhados em profundo desânimo. Desânimo, porque neles se reflete, com impacto, todo o desacerto que toma conta da economia nacional.

Como Presidente da Associação Comercial e Industrial de Umuarama e membro do Sindicato dos frios e da carne do Estado do Paraná, que também sou, não poderia deixar de externar minha grande apreensão nesta hora, e com ela, a esperança de que o novo Governo se empenhe junto às esferas federais, em busca de amparo e de solução para nossos problemas.

Nesse sentido, quero ser uma voz atenta, a clamar por atenção e a cobrar o cumprimento das promessas e compromissos tão largamente assumidos na última campanha política.

A atividade parlamentar é dignificante. E espero com dedicação e responsabilidade, também procurar dignificar esta Casa e honrar o mandato que me foi outorgado."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupamos a tribuna na tarde de hoje, para inicialmente corrigir algumas informações distorcidas que foram dadas pelos jornais e até mesmo das tribunas desta Casa anunciadas ao Paraná e ao Brasil. Foi dito nos últimos dias, através de rádio, televisão, jornais e aqui na Assembléia de que até mesmo o Banco do Estado do Paraná estaria a executar os agricultores, a protestar e a promover leilões.

Nós estivemos nestes últimos dias em contato com as lideranças dos movimentos agrícolas, dos agricultores, que se realizam no Paraná, em especial daqueles que coordenam o movimento no Vale do Ivaí e ainda hoje estivemos reunidos com a diretoria do BANEESTADO e estas informações de que o mesmo estaria protestando e executando, leiloando terras de agricultores, e isto não procede. O BANEESTADO tem sim, em muitos e muitos casos, comprado até dívidas para que os agricultores têm para com um dos bancos. O BANEESTADO tem - somos testemunhas disto -, promovido renegociações constantes das dívidas dos agricultores, em especial no Vale do Ivaí. Só na praça de São João do Ivaí, Lunardelli e alguns como Jardim Alegre e Ivaiporã, foram mais de duzentos e sessenta e sete novos contratos formulados, foram mais de duzentos, portanto, agricultores que tiveram suas dívidas renegociadas junto ao BANEESTADO.

Faço esta correção para que não paire mais dúvidas em relação ao comportamento do Banco do Estado do Paraná, na condução e no exercício da agricultura no Paraná.

Ocupo também, a tribuna na tarde de hoje, para fazer um registro. Estamos apresentando um requerimento à Mesa e pedimos que este requerimento receba também o apoio e aprovação de todos os Parlamentares. É um requerimento pedindo o envio de correspondência com voto de congratulações ao Laboratório Prado S.A., pela passagem dos seus trinta e nove anos de existência.

Faço isto porque foi em 12 de março de 1948, tendo como patrono o voluntário da Pátria na Campanha do Paraguai, o curitibano Major Fidêncio Lemos do Prado, quando se deu a Fundação do Laboratório em Curitiba. Ao ser fundada, tal instituição recebeu a denominação de "Riffaud & Zilli Ltda." e a sua primeira diretoria foi composta pelo Professor Milton Prado Riffaud e Luiz Zilli.

Por volta de 17 de fevereiro de 1956, a empresa passou a chamar-se de Laboratório Prado Ltda. tendo, finalmente, em 31 de dezembro de 1959, recebido a denominação de Laboratório Prado S.A.

Quando do início da atividade em 1948,

o laboratório teve sua produção voltada à vacina concentrada de cristal violeta, contra a peste suína clássica, vacina contra o paratifo dos leitões, e outros medicamentos.

Hoje conta com uma linha aproximadamente de trinta e sete produtos entre biológicos e podermoterápico, suplementos alimentares.

O fundador, pesquisador e professor Milton Prado Riffaud, é autor inclusive da maioria das formulações.

O Laboratório Prado S/A é de capital essencialmente nacional e paranaense. Este laboratório forneceu inúmeros estágios profissionalizantes tanto em nível secundário como universitário tendo inclusive, enviado profissionais para o exterior para aperfeiçoamento da tecnologia. Aproximadamente, há dez anos o Laboratório Prado S/A deu início à produção da linha cosmetológica Prado Riffaud, produção esta que já se difundiu em todo o Brasil. O Laboratório Prado dá hoje emprego para cinquenta pessoas entre técnicos e profissionais de diferentes setores, tendo ainda como responsáveis técnicos Raquel Maria Zilli, farmacêutica e Tibiriçá Newton Diedrichs, médico veterinário. O Laboratório Prado S/A, finalmente foi também um pioneiro, segundo do Brasil, a produzir a vacina antirábica no Paraná; na área da produção animal também foi o primeiro a introduzir a mineralização através do Sal Mineral Prado.

Peço o apoio de todos os Senhores Deputados por tratar-se também de uma obra não só do nosso Estado, mas também do Brasil pelas suas qualidades eficientes.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Raul Lopes, inscrito.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

É com satisfação que ocupo esta tribuna para naturalmente falar algo a respeito da segurança pública.

É evidente que tenho assistido ao longo destas últimas horas, as veementes proposições e sustentações dos companheiros.

E como não poderia deixar de ser, tenho, mesmo silenciando, apoiado e assistido a todos vocês com a maior seriedade possível dentro daquele espírito cívico que me é peculiar, e como o é naturalmente de todos nós.

Mas, no momento que aqui estou é para, se me permitem, expressar meu envaidecimento em relação ao sistema de segurança pública do Paraná. A preocupação com a segurança deve ser de todos nós.

Digo isso com certa alegria e satisfação em vista da minha vida pública de serviços prestados a este querido Estado. Os esforços desenvolvidos junto aos Governos, envolvendo até mesmo muitos dos Senhores aqui presentes, foram no sentido de dar a nossa querida comunidade o que de melhor poderia ser feito em termos de segurança pública.

Quando não é possível fazer tudo de uma vez, a gente tenta fazer alguma coisa e o restante é concretizado ao longo do tempo.

Hoje a nossa polícia militar inaugurou, com a presença do Senhor Governador do Estado, Senhor Secretário de Segurança Pública e do Senhor Coronel Comandante Geral, um centro totalmente computadorizado. Assim, aquilo que nós vínhamos há muito pleiteando, aspirando, só foi possível concretizar hoje, mercê de uma série de fatores e recursos. Qual o seu significado? Significa, por certo, que melhores serviços de segurança pública serão desenvolvidos em prol da nossa grande comunidade de Curitiba e, por assim dizer, posso dizer também que em apoio ao trabalho assim desenvolvido pode-se levar a todo Estado do Paraná.

Moderniza-se, portanto, o Centro de Operações da Polícia Militar. Oferece e dá ao alcance do usuário aquilo que, aflitivamente, vem incomodando, não somente a ele, como a nós.

Portanto, parabeno-me com Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, Sua Excelência o Senhor Secretário de Segurança Pública e Sua Excelência o Comandante Geral.

E a todos nós, porque vamos, indiscutivelmente, ser beneficiados desse processo todo.

Um outro momento, também me trás a esta tribuna. Amanhã, companheiros, vejam portanto o quanto a Polícia Militar está a evoluir, a atingir tudo que foi programado no Governo do nosso querido companheiro José Richa, e hoje na conclusão do nosso companheiro João Elísio. Seria a construção do 3.º Batalhão de Polícia Militar, Batalhão esse sediado numa das áreas mais críticas de nosso Estado.

Digo isso, porque vivi ao longo dos meus trinta e cinco anos de caserna, o quanto outras autoridades, outros companheiros se desinteressaram para o pronto atendimento dessa querida região.

Indiscutivelmente, não podemos negar, é uma região pujante, sem menosprezo das demais, mas, a mais expressiva deste querido Estado. E, por uma série de razões que me unem ... (Esgotado o tempo regulamentar).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O

tempo de Vossa Excelência está esgotado, é de cinco minutos. Vossa Excelência poderá fazer uso da palavra no horário da Liderança do PMDB.

O SR. RAUL LOPES - Perfeitamente. Por não poder concluir o meu raciocínio, vou encerrar e vou pedir ao meu Líder da Bancada, para que me permita usar mais cinco minutos do seu tempo, para falar alguma coisa a respeito da região do Sudoeste do Paraná, região que interessa a todos nós, e, em especial, aos companheiros Deputados que a representam.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa lamenta, mas o horário do Pequeno Expediente é improrrogável. Há um comunicado a ser feito aos Srs. Deputados e aos funcionários da Casa. O Deputado Mário Pereira pede que se convide os Srs. Deputados e funcionários da Casa, para a posse do companheiro Deputado Mário Pereira na Secretaria da Administração, na próxima segunda-feira, às 10,00 horas, no auditório do Edifício Castello Branco.

Ainda no Pequeno Expediente, o próximo orador é o Sr. Deputado Pedro Tonelli, inscrito.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, nobres colegas, demais trabalhadores desta Casa que, como em todo o Brasil, são os que mais trabalham e, muitas vezes, os que menos ganham.

Estamos aqui mais uma vez para usar o expediente desta Casa, e quero aproveitar para me referir a um ponto que está na Ordem do Dia de hoje, como redação final, e que se refere ao reajuste e à fixação do salário do Governador.

Vou me referir porque, durante os dias em que foi discutido e votado, realmente não houve a discussão que deveria ser feita.

E aqui, eu gostaria de manifestar a vontade deste Plenário em saber qual será realmente em números, o salário do Governador que estará assumindo no próximo domingo.

Eu não sei.

O que eu sei é que é o salário de mais vantagens, igualado ao do Presidente do Tribunal de Justiça.

Mas, eu não sei qual é o salário e vantagens do Presidente do Tribunal de Justiça.

Queria também me dirigir ao Líder do Governo, Deputado Nestor Baptista, que tentou se contrapor às declarações da imprensa, aquilo que a imprensa divulgou quanto aos números, e falou que era, mais ou menos, 85 mil cruzados, sei lá quanto.

Eu gostaria que o grupo dos dezoito, que apresentasse aqui, agora, a diferença

com relação ao grupo dos dezenove e tornasse transparente o que nós já votamos, que foi a fixação do salário e as vantagens do futuro Governador.

Outra questão que eu tenho dúvida, e gostaria de manifestar a este Plenário, não sei se isso só se refere ao Governador que vai assumir ou também vai se estender ao salário vitalício dos Governadores que já passaram, José Richa, Paulo Pimentel, Ney Braga, Moisés Lupion, Hosken de Novaes, Leon Peres, Jayme Canet, e se não existe mais algum que eu não lembro agora, João Elísio, está saindo agora, então eu gostaria de saber, porque nós teríamos que ter clareza. Então, eu estou usando este Expediente, para manifestar o interesse em que a transparência deve ser transparência transparente, de verdade!

Como eu não sei qual é que vai ser o salário não vou dar opinião aqui, agora, acho que já é também matéria um tanto vencida, mas acho que devo me manifestar em cima dos valores do salário do Governador, que na minha opinião deveriam ser do conhecimento nosso, especialmente nosso, porque o povo, através de nós, deveria saber, o quanto que está ganhado o Governador.

Outra dúvida que permanece presente, é se este aumento e estas vantagens contemplam também os Deputados ou não, porque no Projeto se refere aos Deputados, na emenda não se refere. É isso que vejo que não está claro e que é um Projeto importante que nós aprovamos esta semana.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Há também uma comunicação a fazer aos Srs. Deputados.

Estamos próximos das posses dos Srs. Secretários, e o comunicado refere-se a companheiros desta Casa, à posse do illustre Deputado Rubens Bueno, nosso companheiro, às 12 horas de segunda-feira, no Edifício do Banco Nacional de Habitação, na esquina da Rua Conselheiro Laurindo com a Avenida Mal. Deodoro, posse do ex-deputado, companheiro Odeni Mongruel.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Durante esta semana fizemos aqui uma denúncia a respeito do contrabando de armas que vem se procedendo no País, através das divisas do Paraguai e da Bolívia, feito pela União Democrática Ruralista, com o objetivo de armar o campo e de armar os grandes latifúndios para com isso inviabilizar o Programa Nacional de Reforma Agrária.

ria.

Fizemos um pronunciamento pedindo providências do Governo Federal, no sentido de responsabilizar e enquadrar na Lei de Segurança Nacional aqueles que estão atentando contra a segurança interna do País. O nosso pronunciamento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, levou ao conhecimento de uma grande parte da população brasileira aquilo que vem ocorrendo. Os órgãos de segurança alertados sobre a questão, hoje vêm à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por meio de um cidadão que desconheço vasculhar as notas taquigráficas em nome da Polícia Federal.

Eu gostaria, Senhor Presidente, Senhor 1º Secretário, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná me desse essa informação e desse a informação a esse Plenário e ao povo do Paraná, com que credenciais a Polícia Federal vem à administração da Assembléia do Estado e aqui saca as nossas notas taquigráficas, quando a Polícia Federal deveria sim, para efeito de procedimento legal, requerer certidões do nosso pronunciamento, para tomar as providências contra o contrabando de armas e não, mais uma vez, usar contra aqueles que denunciam o desmando que cometem os poderosos deste País. O representante da UDR de Londrina, o Sr. Justino Vilela, no protesto dos agricultores que foi liderado pela UDR em Londrina e em grande parte do norte do Paraná, disse ele "precisamos tirar esse canalha da Presidência da República", referindo-se ao Presidente José Sarney. Eu gostaria de saber se a Polícia Federal já foi a Londrina para abrir o competente inquérito policial ou para enquadrar nas leis vigentes deste país o representante da UDR. No entanto, outro dia, por muito menos do que isso, um pastor que defende os sem-terras foi enquadrado e está respondendo na Justiça Militar, na auditoria militar de Curitiba, a um processo por estar defendendo os sem-terras, que estão acampados por todos os campos do Paraná.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Gostaria de nesta oportunidade cobrar do Deputado Antônio Annibelli e do Deputado Anibal Khury que se faça cumprir a inviolabilidade desta Casa, ou então nós estamos vivendo momentos como já vivemos no passado, onde apenas a Assembléia e o Poder Legislativo existem para referendar os atos cometidos pelo arbítrio e pela ditadura.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Subo hoje à tribuna para dizer que em meu pronunciamento de ontem, quando aqui desta mesma tribuna mostrei as primeiras páginas de jornais do Paraná e alguns do Brasil, de outros Estados, onde as manchetes principais falavam a respeito da intervenção do Exército, da Marinha, nos portos e nas refinarias.

Fiz desta tribuna um pedido para que o Exército, que é uma força tão grande neste país, saísse em defesa também da população, de um modo geral, porque vivemos no país, crises de todas as formas, mas uma das que mais afetam as famílias é, sem dúvida, a crise da criminalidade desenfreada neste país. Fiz um apelo para que a invés de o exército sair às ruas para impedir passeatas, movimentos de reivindicações salariais, saísse às ruas também para ajudar no combate a esta criminalidade. E, tenho certeza de que em momento algum, ao ocupar esta tribuna e fazer este apelo às autoridades militares, em momento algum este Deputado tentou ferir a honra do nosso Exército.

E, tomei conhecimento nesta Casa, hoje, através da imprensa, que as cópias taquigráficas do meu pronunciamento de ontem também teriam sido requisitadas. Isto me dá a entender que lamentavelmente, ainda não se consolidou a democracia neste país. Que ainda não temos a liberdade de falar em nome do povo, porque eu não vim a esta tribuna falar em meu nome, para criticar o Exército ou qualquer outra organização de segurança neste país. Se eu vim pedir para que o Exército vá às ruas combater a criminalidade, é porque eu acredito na força do Exército, e somente ele, porque a polícia já não é o suficiente; a polícia, apesar do uso do computador, como disse o nobre Deputado Raul Lopes, apesar do computador, ela já sofreu bastante, a carência de viaturas, a carência de gente, a carência de recursos, e o computador não vai sair às ruas e agarrar o ladrão pela mão e levar para a delegacia.

Então, fazia eu o pronunciamento pedindo para que o Exército, em nome do povo brasileiro, que já não agüenta mais tanta insegurança, para que ele viesse às ruas para combater também a criminalidade. Ou será que a vida do povo brasileiro, do trabalhador, do pai de família, da criança que vai para a escola, não tem nenhum valor? Foi neste sentido, que me expressei, sem intenção, em qualquer momento, de ferir as tradições das nossas forças armadas.

Por isso, eu quero deixar aqui patenteado o meu entristecimento pelo fato de que as cópias taquigráficas de meu pronunciamento de ontem, também uma fita do pro-

grama de rádio que apresento diariamente teria sido solicitada.

Então, isto me deixa profundamente entristecido porque eu acho que estamos vivendo num momento de democracia e que ela só realmente se implantará a partir do momento em que os meios de comunicação: rádio, televisão e jornal, tiverem total liberdade de falar em nome da população. Foi exatamente o que eu fiz ontem aqui; exatamente o que eu fiz ontem no meu programa de rádio, na Rádio Independência.

Em momento algum, tentei ferir a honra do nosso Exército, muito pelo contrário, elogiei, porque entendo que somente o Exército colocará um paradeiro na criminalidade deste país.

Muito obrigado.- (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Encerrado o Pequeno Expediente passamos ao Grande Expediente, concedendo a palavra ao Sr. futuro Secretário, Deputado Rubens Bueno, inscrito.

Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, o ilustre Deputado Pedro Tonelli já discorreu sobre a questão de ordem. Sr. Presidente, oficialmente, em nome da Liderança, do PDT, solicito a Vossa Excelência que determine providências, no sentido de informar à Bancada do PDT qual será, efetivamente, o salário do futuro Governador, incluindo-se as vantagens. Isto porque, Senhor Presidente, como foi dito, em cada declaração a respeito do salário do Sr. Governador, há aquele que afirma que é de 40, de 80, de 160 mil cruzados. Então, para ilustrar, a Bancada do PDT para não criar obstáculo na hora da votação pede que a Mesa desta Assembléia informe oficialmente qual será o salário oficial do Governador, incluindo-se as vantagens.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência solicita a Vossa Excelência para que faça um requerimento, através de um pedido de informações, que o Governo do Estado poderá responder a esta pergunta.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê:)

"Nossa vida está continuamente exposta à tentação do definitivo e do permanente. Elaboramos planos, traçamos caminhos, idealizamos o futuro, esperando que tudo aconteça conforme o previsto. No entanto, o mundo é essencialmente provisório. O tempo verdadeiramente humano é um tempo de

construção transformadora, aberto permanentemente ao Novo e ao Inesperado. A vida humana só encontra seu sentido ao reconhecer, na precariedade do tempo presente, os apelos e as sementes do futuro. Atender aos seus apelos nos abre à dimensão do sacrifício e da superação dos nossos projetos pessoais em função de um projeto que nos ultrapassa e transcende.

Eleito, pela segunda vez consecutiva, para esta Casa, apresenta-se-me o desafio de contribuir, ao lado da equipe do Governador Álvaro Dias, para a concretização dos ideais e das esperanças do povo do Paraná, como Secretário do Trabalho e Ação Social. Refleti longamente antes de aceitar o desafio. Preocupe-me em consultar aqueles que me honraram com o seu voto. Tudo confluíu para que eu desse uma resposta positiva, consciente de que, como há um tempo para cada coisa, abre-se hoje para nós o tempo da contribuição concreta para a materialização daquilo por que tanto lutamos ao longo de nossa vida parlamentar.

Licencio-me desta Casa para ajudar o Poder Executivo a dar forma e consistência às aspirações do povo, das quais cada um dos Senhores é porta-voz. Acima das divergências partidárias e ideológicas, manifesto a minha firme convicção de que o conjunto desta Casa comunga com a vontade de construção de um Paraná moderno, vigoroso, justo e democrático.

Considero ser este o momento apropriado para reafirmar minha convicção de que a construção de uma sociedade participativa, responsável, livre e justa só será possível através de um Poder Legislativo livre, atuante e digno, dotado da plenitude das suas prerrogativas.

Infelizmente, assistimos hoje um acelerado processo de descrédito do Poder Legislativo, crivado de críticas de todos os lados. Tal processo de descrédito deve nos levar a uma profunda reflexão, como cidadãos e como homens públicos.

Quando a política passa a girar em torno de si mesma, afasta-se dos seus dois referenciais necessários: a sociedade e a definição dos problemas estratégicos do País. As consequências imediatas desse afastamento são, por um lado, o desencanto dos eleitores, que em nós depositaram sua confiança e, por outro, a rápida reconstituição do poder tecnocrático, que tantos males causou e continua causando ao nosso país. O esvaziamento dos problemas fundamentais do Brasil e do Paraná no atual discurso político-partidário faz com que, inevitavelmente, a tarefa de abertura de caminhos para a sociedade volte a ser atribuição exclusiva de uma certa engenharia tecnocrática, criando-se um vazio de mediação política.

O Brasil de hoje, bem como o Paraná, exige políticos que, exercendo a vida pública em tempo integral, não façam dos cargos e funções que exercem meros degraus no caminho do poder e da riqueza pessoais. Exige políticos, como afirma a CNBB em seu documento "Por uma Nova Ordem Constitucional", capazes de um testemunho de vida coerente com os valores humanos fundamentais, dotados de uma ética e uma prática social e política comprometidas concretamente com a luta pela justiça e pela promoção de um nível de vida humanamente digno. Políticos, enfim, conscientes de que o processo de construção democrática é necessariamente lento, complicado e contraditório, exigindo homens dotados de autêntica vocação para a ação política como serviço desinteressado, eficaz e coerente.

É ancorado na esperança de que os meus colegas que aqui permanecem atuarão motivados por esses altos ideais, que aceito o desafio de participar do Poder Executivo, ao lado de Álvaro Dias, na construção de um novo Paraná.

Ao despedir-me, provisoriamente, desta Casa, expresso a todos os Senhores Deputados a manifestação da minha mais cara confiança na sinceridade de sua ação política.

Manifesto, de modo especial, minha amizade aos meus colegas deputados pelo PMDB, depositário das esperanças majoritárias do nosso povo.

Manifesto, enfim, a todos, minha disposição de estar permanentemente aberto às reivindicações, críticas e propostas, observações e aspirações desta Casa, acolhendo-as com a seriedade e a ponderação compatíveis com a legitimidade do mandato popular de cada um dos Senhores.

Era o que, Senhor Presidente, tinha a dizer neste momento.

Muito obrigado.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento).

Deputado Rubens Bueno, neste instante em que Vossa Excelência talvez neste espaço de licenciamento para ocupar a Secretaria do Trabalho, pronuncia um discurso de breve despedida nesta Casa, quero, em nome de nossa Bancada, dizer da satisfação que tivemos em conviver com Vossa Excelência durante quatro anos neste Poder.

Sem dúvida alguma, foi o seu trabalho, a sua tenacidade, a sua dedicação em favor da causa pública que fez despertar no Governador Álvaro Dias o convite para que Vossa Excelência viesse a compor o seu quadro de assessores mais diretos.

Da mesma forma é uma honra para este Poder destacar nesta Casa homens públicos para assumir tão altas funções do Executivo. É Vossa Excelência, neste instante, o

depositário da esperança deste Poder, de que a Secretaria do Trabalho, tão voltada aos interesses mais nobres da própria razão de existir, que é de trabalhar em favor dos mais necessitados, dos mais oprimidos, dos mais carentes. Que tenha Vossa Excelência, no desempenho desta função, à frente desta Secretaria, o discernimento que sempre norteou a sua vida parlamentar.

Se me permite, Deputado Rubens Bueno, no instante em que me parablenizo com Vossa Excelência, gostaria de aproveitar a oportunidade e incluir junto, talvez até pela ausência de oportunidade nesta data para o seu pronunciamento de despedida, o nosso colega e companheiro Deputado Mário Pereira, que também, a partir de segunda-feira, estará ocupando a Secretaria da Administração.

São dois Deputados do nosso Partido, são dois companheiros de todos os partidos neste Parlamento, que vão ao Executivo. É exatamente pelo discernimento político, velha pregação de todos nós, pelo conhecimento da vida parlamentar, que temos certeza de que ao menos nestas duas Secretarias teremos as portas mais abertas e as nossas reivindicações mais ouvidas. Jamais, acredito eu, na Secretaria do Trabalho e na Secretaria da Administração, onde dois políticos de real valor estarão à frente das Secretarias, a preocupação do Parlamentar será prejudicada e passando a ser encarada como uma insistência indevida ou impecilho ao trabalho Executivo. Acredito que os dois Deputados que a Bancada do PMDB empresta ao Executivo haverão de mostrar, no desempenho de suas funções, o quanto é importante o prestigiamento da classe política.

Sinto-me feliz em ver o Deputado Mário Pereira e Vossa Excelência assumindo funções no Governo Álvaro Dias, porque queremos que este Governo seja diferente, seja atuante, seja progressista, desempenhe realmente em sua gestão os princípios maiores de nosso partido. E com dois soldados moldados aqui, neste plenário, já é indício da luta que nos dá certeza de uma vitória de acordo com a opinião daquilo que todos esperam.

Nesse hiato da ausência de Vossa Excelência neste Plenário, todos nós, os outros parlamentares do PMDB, haveremos de fazer o maior empenho para podermos, ao menos em parte, desempenhar aqui, na sua ausência, uma atividade parlamentar com o brilhantismo que tem caracterizado a presença neste Poder dos Deputados Rubens Bueno e Mário Pereira.

Felicidades, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO - Agradeço o aparte do Deputado Caíto Quintana, nosso Líder nesta Casa, pelas palavras elogiosas. Vos-

sa Excelência sabe como ninguém que não tenho jamais a pretensão de ser um homem tão preparado como o Deputado Mário Pereira que vai assumir a Secretaria da Administração.

Mas, sem dúvida estaremos lá dando o nosso esforço natural e necessário para que a bancada esteja bem representada. Espero que a gente possa implementar nessa Secretaria as propostas do nosso Partido, as diretrizes do nosso Governo assim o querem.

Eu quero agradecer também ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que cedeu este espaço no Grande Expediente de hoje para que fizéssemos este discurso da nossa despedida.

O Sr. Ezequias Losso - Permite-me um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, como antigo companheiro da Comissão de Educação da legislatura passada pude verificar o elevado espírito público de Vossa Excelência na condução de assuntos relevantes para o desenvolvimento da nossa terra e para o atendimento especialmente daquelas famílias mais humildes.

Preocupou-se Vossa Excelência com o material escolar, criando uma lei inédita que hoje está sendo adotada na sua essência em quase todos os Estados brasileiros. E até o Governo Federal se inspirou nesta sua idéia para criar um sistema tal que viesse proporcionar uma economia considerável às famílias de renda mais baixa.

Isto já seria um ponto altamente positivo para credenciar o seu trabalho nessa Secretaria tão importante, a qual terá o brilhantismo da sua presença a partir da próxima segunda-feira.

Há outros pontos positivos que independente de cor partidária, devem ser reconhecidos em seu trabalho, assim como no do Deputado Mário Pereira.

Quero desejar a Vossa Excelência, como também ao Deputado Mário Pereira, pleno êxito no desenvolvimento das suas tão importantes atribuições.

Esta Casa está sendo honrada com a condução de dois valores seus para estas tão relevantes atividades.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e devo confessar a sua disciplinada atuação na Comissão de Educação nestes últimos quatro anos, onde trabalhamos em conjunto. Graças ao apoio de Vossa Excelência foi possível não só aprovar projetos de importância na área da educação como também dar a sustentação necessária para aprovação dessas matérias.

O Sr. Antonio Belinati - Permite-me um aparte?

(Assentimento).

Eu queria, nesta tarde, também como Líder da Bancada do PDT composta pelos Deputados Algaci Túlio, Deputado Valderi Mendes Vilela, Deputado José Alves e Deputado Rafael Greca, parabenizar os ilustres Deputados Mário Pereira e Rubens Bueno, a quem rendemos a nossa homenagem, a nossa admiração. Cabe frisar a felicidade do Governador Álvaro Dias em escolher tão ilustres homens públicos para o primeiro escalão do seu Governo, como o ilustre Deputado Mário Pereira e o ilustre Deputado Rubens Bueno, que ocupa a tribuna. Quero desejar a Vossa Excelência muito êxito na missão e dizer que o Paraná muito espera do Governo que assume no domingo e desde já reconhece a atuação do Deputado Rubens Bueno e Mário Pereira. Estamos certos que estas duas Secretarias estão entregues nas mãos de homens que têm profundo amor ao Paraná.

Vossa Excelência, particularmente, Deputado Rubens Bueno, traz uma experiência de vida, inclusive em Brasília, num momento crítico em que o Brasil vive com a eclosão de inúmeros movimentos grevistas, nos quais os trabalhadores são forçados a recorrer à greve na luta por melhores salários, na luta por melhores conquistas, por melhor padrão de vida.

Eu tenho certeza de que esta experiência lá em Brasília, na Câmara Federal, no Gabinete do então Senador Álvaro Dias e depois por dois mandatos nesta Assembléia Legislativa, esta experiência será muito valiosa para Vossa Excelência ser o Secretário do diálogo, sempre aberto, e prestar uma quota de contribuição muito grande ao Brasil, no tocante ao nosso Paraná.

Parabéns, felicidades.

E a expectativa que fica aqui, tenho certeza, não é apenas por parte da Bancada do PDT, mas, quero crer, por parte de todos os Parlamentares, para que, ao final do Governo Álvaro Dias, possamos, todos nós, pela graça de Deus, voltar aqui a ocupar, quem sabe, a Tribuna desta Assembléia, para registrar a gratidão do Paraná pelo trabalho dos Deputados Mário Pereira e Rubens Bueno, como Secretários de Estado.

Felicidades!

Obrigado.

O SR. RUBENS BUENO - Deputado Antonio Belinati, eu tenho consciência de que o momento que atravessamos é dos mais difíceis. Tenho consciência de que os dias que virão serão ainda mais difíceis. Os problemas por que passa o País, refletirão, sem dúvida, na Pasta que vamos ocupar, na Pasta que vai ocupar o Deputado Mário Pereira. Mas, temos consciência de que este desafio faz parte da nossa vida

como homem público.

E tenho mais certeza ainda, nobre Deputado, de que nossa saída não significa nenhum vazio nesta Casa, até porque substituem o Deputado Mário Pereira e este Deputado, dois brilhantes Deputados: um que vai estreiar e outro que já demonstrou ser um Deputado disciplinado, sério, homem que deixou na Legislatura passada as marcas de um bom Deputado, que é o Deputado Sabino Campos.

E o Deputado Paulino Delazeri que vai assumir, e que vai estreiar nesta Casa, é um rapaz jovem, preparado para dar tudo de si por este Parlamento, e substituir à altura, sem dúvida, a mim e ao Deputado Mário Pereira.

Ouço, com muito prazer, o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. Basílio Zanusso - Prezado Deputado Rubens Bueno.

A Bancada da Frente Liberal quer somar-se às manifestações feitas nesta oportunidade, dirigidas a Vossa Excelência, desejando-lhe felicidades frente à Secretaria do Trabalho, a qual Vossa Excelência assume na próxima segunda-feira.

Esta Casa, que conhece sobejamente por sua competência pessoal, por sua dedicação às coisas e à causa pública, sempre com denodo, com presença constante. E deu Vossa Excelência já no início da Legislatura anterior, uma demonstração de grande capacidade, de devoção à coisa pública. Foi quando Vossa Excelência presidiu aqui uma comissão da maior responsabilidade, para verificar possíveis irregularidades no Governo anterior.

E numa comissão da magnitude que tinha, da responsabilidade que tinha, complexa, Vossa Excelência pôde, como Presidente, levar a bom termo, aquela empreitada e aquela responsabilidade, não só na Presidência daquela Comissão mas, como dissemos, nobres colegas, a sua presença constante aqui foi sempre prova e testemunho de uma contribuição de seu Partido, aqui, em favor do Paraná.

Nós queremos desejar a Vossa Excelência, como também ao Deputado Mário Pereira, que Vossa Excelência assume, como nós, o conhece tão bem, igualmente preocupado com as coisas e com o dinheiro público. O Deputado Mário Pereira apresentou, parece-me que no exercício de 85/86, quando a Receita do Estado, do ICM, especialmente se aproximava, se equilibrava com a despesa do pessoal do Estado, com os funcionários do Estado, ele apresentou Projeto, Projeto de Lei, que ainda tramita nesta Casa, preocupado com o futuro do Paraná, em regularizar a economia do Estado, basicamente no que diz respeito a Receita e Despesa com o Pessoal. Portanto, nós espe-

ramos também que, da mesma forma que estamos certos que Vossa Excelência fará, como fez como Deputado, lá na Secretaria exerça um mandato com a sua peculiar competência, assim como o fará também o nosso colega Deputado Mário Pereira, na Secretaria da Administração, com a mesma capacidade que Vossa Excelência. Desejamos felicidades a ambos.

O SR. RUBENS BUENO - Muito obrigado, Deputado Basílio Zanusso.

Quero agradecer suas palavras em nome da sua Bancada, o Partido da Frente Liberal. É evidente que na Secretaria de Trabalho e de Ação Social estaremos sempre à disposição dos Parlamentares desta Casa, sempre preocupados e determinados por esta preocupação de que precisamos construir um Paraná melhor, mas que só vamos construí-lo a partir de decisões firmes, decisões que evidentemente precisarão ter o apoio necessário do Parlamento paranaense.

Em seguida, ouço, com prazer, o Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Rubens Bueno.

Eu tive muito pouca convivência com Vossa Excelência nesta Casa, porque são poucos os dias do nosso mandato. No entanto, na Legislatura anterior, eu me acostumei a seguir sua trajetória e a sua ação parlamentar, sempre acompanhando-as com vivo interesse de cidadania qual seja o Projeto do fim dos livros descartáveis e outras oportunas intervenções de Sua Excelência que denotam uma obra parlamentar que faz, efetivamente, de Sua Excelência um representante do Legislativo junto ao Governo do Paraná.

Nós temos certeza que sua presença no Secretariado do Governador Álvaro Dias vai contribuir para quebrar este maniqueísmo que aciona a balança, muitas vezes tão burra e tão anti-paranista que faz este Plenário funcionar obrigando este lado a se sentar quando o outro levanta. Nós temos certeza, ainda que Sua Excelência, com a alma limpa e generosa que tem à frente da Secretaria do Trabalho e Promoção Social, há de semear horizontes mais amplos para os que fazem uma imensa procissão de miseráveis neste Estado.

Deputado, Dostoiewski, com a sua Casa dos Mortos, é comedido comparado com a miséria que desfila na Casa dos Pobres e Albergue São João Baptista, diretamente afeita à sua Secretaria, por Convênio, que é uma obra de benemerência da Arquidiocese de Curitiba, a que eu assisto já há três anos como Provedor leigo aqui em Curitiba.

Eu me permito saudar a sua entrada na Secretaria do Trabalho e Ação Social reportando Sua Excelência e esta Casa a um

artigo de um ilustre escritor brasileiro. Otto Lara Resende, intitulado "De olhos no chão", onde aquele escritor reportava o seguinte: "No lugar comum, ufanista, que enfia a cabeça na areia, garante que nós, os brasileiros, somos um povo fraterno, sentimental e generoso."

Pelo menos para a sociedade brasileira isso é papo furado, o mal não é prerrogativa do brasileiro, a maldade é universal.

Nada porém ultrapassa a crueldade deste nosso Brasil macumbeiro e temente a Deus. Diz Otto Lara Resende, ainda, "Leiam Democracia e Violência, e Paulo Sérgio Pinheiro, ou então os relatórios da Comissão Teotônio Vilela, com o Cortejo de Horrores Macabros, ou ainda, o Espelho do Mundo, onde a Maria Clementina Pereira da Cunha relata a história do Hospício do Juqueri. Ou ainda procurem tomar consciência de como tratamos os presos, os doidos, as crianças, os doentes, os velhos, os menores abandonados, a imensa sarjeta deste Brasil. Abram os olhos. Brasileiro bonzinho uma ova; sociedade cruel, sem chão e sem teto, e sem pão, não dá para encarar com orgulho, só com remorso."

Eu acho que essa advertência literária do poeta e escritor Lara Resende deve valer para nortear a ação de qualquer homem público. O momento é de extrema responsabilidade, o processo de confrontação social é muito forte e nunca valeu tanto a hipoteca social que pesa sobre nós, os que temos acesso, propriedade e oportunidade.

Então, eu o saúdo, imagino que possa ser semeador de esperanças. E lhe desejo efetivamente a proteção de Deus para que encare esta Secretaria com a devida energia e com autoridade necessária para efetivamente promover uma transformação à altura da sua trajetória até agora.

O SR. RUBENS BUENO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e as recomendações do nosso ilustre literato Otto Lara Resende, conhecedor que sou das suas crônicas diárias pela imprensa do País. E tenho certeza absoluta que sua crônica literária é de nosso total conhecimento, não só a crônica, como a realidade que vivemos em nosso Paraná.

Eu ouço com muito prazer o Deputado Raul Lopes, pela ordem de inscrição.

O Sr. Raul Lopes - Companheiro Deputado

Rubens Bueno, eu aproveito esta oportunidade para também, se me permite, incluir o companheiro Deputado Mário Pereira. Vossa Excelência e ele são dois grandes Deputados, que eu aprendi a admirar quando exerci as minhas funções com muito orgulho e galhardia na Polícia Militar. Respeito profundamente o trabalho dos prezados companheiros. No expediente que tive

a oportunidade de lhes dirigir, eu afirmava que o Poder Legislativo perdia dois grandes parlamentares e a Bancada do PMDB perdia dois bons companheiros, mas o Executivo ganhava dois grandes e excelentes auxiliares.

Nesta oportunidade eu quero me congratular com vocês, parabenizar o Governador Álvaro Dias pela feliz escolha para dois cargos, dois importantes cargos. E quero também nesta oportunidade, colocar-me à disposição deste Deputado, deste companheiro que há muito os admira, que há muito os aprecia pelo trabalho maravilhoso que desempenharam neste Legislativo. Eu os parabenizo e desejo toda sorte, toda felicidade, que o bom Deus os ilumine e que o Paraná continue nesta senda maravilhosa, neste sucesso extraordinário que nós todos almejamos. Felicidades, Deputado Rubens Bueno. Felicidades, Deputado Mário Pereira.

O SR. RUBENS BUENO - Obrigado ao Deputado Raul Lopes, e espero que sua chegada a esta Casa seja frutífera e seja voltada ao resgate dos compromissos assumidos na campanha eleitoral. Pela ordem concedo aparte ao Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - A Bancada minoritária do Partido dos Trabalhadores nesta Casa tem a certeza de que os nobres companheiros terão de ora em diante uma missão mais difícil mas também importantíssima. Vão passar a exercer o Executivo, e isso, teoricamente, é mais difícil.

Mas, nós acreditamos sinceramente que os Deputados Mário Pereira e Rubens Bueno terão uma grande oportunidade, como no passado o Secretário Claus Germer, mostrou que é possível exercer o Executivo defendendo os interesses daqueles que são a maioria, e que produzem tudo neste Estado, que são os trabalhadores. Portanto, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, tem a certeza de que no final deste compromisso nós teremos o prazer de dar os parabéns a estes dois Secretários, porque eles terão cumprido uma função histórica neste Estado.

O SR. RUBENS BUENO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e agradeço o voto de confiança que acaba de expressar. Em seguida, ouço o Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Rubens Bueno.

Queria também fazer neste momento a minha saudação, pela sua despedida desta Casa, pela posição que passa a assumir, da Pasta da Secretaria do Trabalho. Não tive o prazer de conviver com Vossa Excelência

nesta Casa, mas, nas poucas vezes que aqui compareci, senti de Vossa Excelência, acima de tudo, o fino trato com as pessoas, a educação...

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência lamenta, mas o tempo do ilustre Deputado Rubens Bueno está esgotado. Concede-lhe, contudo, um minuto para encerramento.

O Sr. Algaci Túlio - O fino trato de Vossa Excelência para com aqueles que vinham a esta Casa. Estive aqui prestigiando a despedida do ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos, e quero, neste momento, deixar registrado também a minha saudação a Vossa Excelência e ao Deputado Mário Pereira, desejando a ambos felicidades nas novas missões que passam a assumir, ao mesmo tempo que também desejo felicidades aos dois deputados, Deputado Sabino Campos e ao Deputado Paulino Delazeri, que assumem os postos que Vossas Excelências deixam.

Felicidades, e que Deus os abençoe.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

É que está esgotado o tempo do orador que se encontra na tribuna e eu gostaria que Vossa Excelência me concedesse apenas trinta segundos, para em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, expressar o sentimento que nós temos com relação ao Deputado Rubens Bueno, assim como a minha opinião pessoal acerca do seu afastamento do Poder Legislativo. Eu realmente fiquei entristecido com o Governador Álvaro Dias por ele escolher o nobre Deputado Rubens Bueno para ser um de seus Secretários de Estado.

Se, por um lado, ganha a administração pública, o Poder Executivo, por outro lado, o Poder Legislativo, num ano importantíssimo, numa legislatura importantíssima, porque esta é uma Assembléia Constituinte, vai perder um dos melhores deputados que atuaram neste plenário, evidente na sua lucidez de espírito e, acima de tudo, pela sua imensa capacidade de legislar.

Perdemos um homem importante na elaboração da Nova Constituição do Estado, que deve ser uma Constituição exemplar em todo o Brasil.

Eram essas as expressões que eu queria ficassem registradas, nos Anais da Casa, a respeito do eminente deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência concede ao ilustre Deputado Rubens Bueno um minuto para concluir seu discurso.

O SR. RUBENS BUENO - Agradeço as palavras do Deputado Erondy Silvério em nome da sua Bancada, Partido Trabalhista Brasileiro, e quero sinceramente deixar a Vossa Excelência e aos Pares da sua bancada, o agradecimento pela sua saudação.

Ao encerrar, eu quero reiterar o convite aos Senhores e Senhoras Deputados para a transmissão de cargo, na segunda-feira, às 12:00 horas na Secretaria do Trabalho.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente, e agradeço a atenção de todos.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência registra, e pede para que conste nos Anais da Casa, as presenças ilustres do Sr. Joaquim Gutierrez, Prefeito Municipal de Mariluz, José Aparecido Rafaeli, Prefeito Municipal de Sertãoópolis, Manoel Neto de Lima, Presidente do Diretório do PMDB de Mariluz, Jair Cândido de Almeida, Liderança do Distrito de Corumbataí do Sul, Barbosa Ferraz, Senhor Geraldo Martins de Souza, também do município de Corumbataí do Sul. São todas presenças que realmente nos envaidecem.

Encerrado o expediente, entramos no Horário das Lideranças. Consultamos à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Farão uso do Horário da Liderança do PMDB os Deputados Dirceu Manfrinato e Domingos Scarpellini.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Concedo oito minutos e trinta segundos para a Liderança.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós não pretendíamos usar a tribuna nesta tarde. Mas ao vermos hoje uma notícia no jornal "O Estado do Paraná", no "Panorama Político" onde são feitos sob o título de "Presença Incômoda", comentários de que eu estaria descontente com o Governador João Elísio em relação à viagem que faríamos para o Interior, no dia de ontem.

Eu gostaria de esclarecer aos Senhores Deputados que nada tenho contra o Governador João Elísio Ferraz de Campos. E se falo isto, falo pessoalmente, não influenciado por ninguém a vir desmentir qualquer tipo de notícia. Tenho dentro dos meus princípios uma formação democrática e uma formação que me faz tanto condenar os erros quanto parabenizar as pessoas que praticam atos corretos e atos verdadeiros. Então, não é verdade essa nota do Jornal "O Estado do Paraná" que diz aqui que estou bronqueado com o Governador João Elísio Ferraz de Campos. Agora, na realidade, eu fiquei sim bronqueado com o incompeten-

te assessor do Governador que trabalha na Casa Civil do Palácio Iguaçu por não ter capacidade, competência, para fazer uma programação de uma viagem do Governador do Estado.

Eu quero dizer aos Senhores que recebi desse funcionário informações de que não havia lugar para este Deputado viajar na comitiva do Governador. Mas como se tratava da cidade que represento como Deputado - Cianorte -, eu me senti no dever e na obrigação de comunicar ao Governador João Elísio Ferraz de Campos, a minha disposição de acompanhá-lo. Fizemos a viagem, onde o Governador foi recebido por dezenas de prefeitos no Município de Cianorte e por lideranças políticas e lideranças locais. Então, eu quero que o jornal "O Estado do Paraná" perdoe-me, mas o autor desta matéria estava desinformado com relação a minha crítica ao Governador João Elísio Ferraz de Campos.

E ao encerrar, eu afirmo que eu sou um homem que se pauta pelo respeito e pela sinceridade. Não é pelo fato de o Governador João Elísio deixar o Palácio Iguaçu no domingo próximo que ele deixará de receber deste Deputado o respeito que ele sempre mereceu e teve.

Eu entendo que os homens públicos, no exercício do seu mandato ou fora dele são sempre merecedores de consideração, respeito e amizade. E ao Governador João Elísio eu só tenho que agradecer durante pelos 10 meses de seu mandato e por tudo aquilo que a minha Região recebeu através da sua atuação no Palácio Iguaçu.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Domingos Scarpellini, inscrito.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É da natureza do Poder Legislativo, sua composição orgânica, e sua finalidade Constitucional, a defesa intransigente da Democracia, e sua ordem jurídica, baseado no respeito à Lei e nos princípios fundamentais dos Direitos Humanos. Cujo fator é assegurar um regime político de LIBERDADE.

Nesta Casa de leis, investida de Poderes Constituintes a nível de Estado do Paraná, não pode este Deputado silenciar, como não podem os meus Eminentíssimos Pares e tampouco este Poder, diante da truculência, da inoportunidade e da provocação, lançada da escuridão de uma caserna, por um dito coronel comandante da tortura, que envergonha e desonra o Exército Brasileiro ao qual pertence.

Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador que comandou o DOI-CODI de São Paulo

entre 1970 e 1974, deverá ser expulso da corporação militar, despojado das insígnias da patente de coronel, e submetido a julgamento, com direito de defesa, para que responda aos delitos comuns que cometeu: violência física e moral, contra presos políticos, rendidos e indefesos.

Nesta tarde de sol; nestes dias de luz cristalina, quando a Nação respira o oxigênio da liberdade, e está no fim do grande túnel do tempo, vislumbrando o nosso povo, nas ruas, nas praças, nas esquinas, nos teatros, nos jornais e nas canções sem censura, a emergência de uma Assembléia Nacional Constituinte e eleição direta do Presidente da República. É lamentável Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesta hora ter que mergulhar num passado de escuridão, de violência, de torturas.

Mas o preço da liberdade, - já se disse -, é a eterna vigilância.

É lembrando, é punindo os transgressores das regras, em especial punindo aqueles que violaram os Direitos Humanos quando investidos de um poder de arbítrio, que haveremos, de ver, para todo o sempre em nossa Pátria, restaurada a Democracia, com o respeito pelos adversários políticos, deles divergindo, sem sequer cogitar de eliminá-los, como o quis a ditadura militar a que serviu o torturador Ustra.

Dizem alguns adversários de nosso Governo que é vergonhoso ao Brasil dar o calote, negar-se ao pagamento da dívida externa, e outros adjetivos sibilinos.

Mas digo eu, Senhor Presidente e Senhores Deputados: vergonhoso para nós, para a Nação, para o Brasil, é ser preciso escavar cada metro quadrado de uma praia em busca da ossada de um Rubens Paiva.

Tal a sordidez, a mordacidade e a violência imprimidas pelos torturadores "a la Brilhante Ustra", que nem os cadáveres dos mortos foram restituídos às famílias.

Tudo em nome do quê? Tudo para garantir o quê? Respondo. Em nome de uma "democracia" de Senadores biônicos, Governadores nomeados, Prefeitos das capitais e Fronteiras nomeadas, e Generais-Presidentes escolhidos pelo Alto Comando do Exército e homologados pelo Congresso Nacional, imaculado, sujeitos às cassações do inominável AI-5.

Para garantir falso desenvolvimento e uma dívida externa, que em 1964, ao tempo do Presidente João Goulart ser deposto era de 3 bilhões e 802 milhões de dólares conforme diz o historiador Hélio Silva em "Os Presidentes", p.53, Editora Três, 1983. Tal dívida foi elevada, hoje, para um montante de aproximadamente 120 bilhões de dólares, sendo que vínhamos nos últimos anos pagando, só os juros, 10 bilhões de dólares por ano.

Ora, quem garantiu essa dívida não fo-

ram por acaso esses mesmos falsos militares, mercenários, que fizeram da Pátria, o que Maquiável ensinou-os fazer em confúio, com bancos estrangeiros. É melhor dominar um povo com sua própria milícia, do que conquistar povo e território com milícias do conquistador." Essa é a lição do florentino em "O Príncipe".

Nesse rastro de dominação do capital estrangeiro, empresas multinacionais, e descaracterização cultural do nosso Povo, os militares são responsáveis por atos criminosos. Entre esses atos criminosos, além de fraudes em financeiras, na administração pública nos diversos ramos, estão os crimes comuns, contra a vida e a integridade física de pessoas, vítimas de torturas, sevícias e mortes.

Os erros políticos, passíveis de serem cometidos, devem ser corrigidos pela Administração Pública.

"Um dia depois de pregar a integração das Forças Armadas à sociedade, o Governador eleito de Pernambuco, Miguel Arraes, afirmou que é preciso acabar com as senzalas sem casas grandes, onde vivem os trabalhadores rurais, em condições de vida piores do que na época da escravidão". Assim o noticia o "Jornal do Brasil, edição de hoje, 12 de março de 1987, em sua página 4.

Por um acaso não são os militares, que governam esses últimos anos o País, junto com tecnocratas a "la Delfim", "Simonsen". "Gouveia", "Richbietter" e outros, os responsáveis pela regressão do trabalhador brasileiro, a um estado de miséria pior que a escravidão? Basta andar nas ruas, nas favelas, nas periferias de qualquer cidade brasileira, e a pobreza a fome e o descalabro humano é visível a olho nu.

Essas distorções deverão de ser corrigidas administrativamente. E só assim, com reforma agrária efetiva, com melhor distribuição de renda, com salários, com escolas públicas integradas, e com soluções simples, locais, nacionais, sem sofisticções, e sem demora.

Porém, forçoso é que os arbitrários, os truculentos, os peculatórios e os torturadores sejam afastados da sociedade.

O Exército brasileiro, que a Nação paga, equipa e moderniza a soldo do Orçamento Público, não pode servir a outro Senhor, que não ao seu povo. É isso que a Nação, quer e deseja. A soberania externa, deverá ser garantida, primeiro pela diplomacia, pelas negociações, pelos tratados e entendimentos. Depois, pelas Forças Armadas, aliadas com seu povo.

O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador dos idos de 1970 a 1974, não serve ao Exército Brasileiro. Seu livro "Rompendo o Silêncio" é uma provocação que não serve à Democracia, por isso deve

ser punido.

"Em nome das viúvas do talvez e dos órfãos do quem sabe? Quem sabe vivos, quem sabe mortos?", frase que custou a cassação de um Deputado do Paraná, dita na tribuna pública, é que se pede aos ilustres representantes do povo do Estado do Paraná, nesta Assembléia Legislativa, a aprovação de uma moção, a ser enviada ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Exército pedindo a aplicação do Regulamento Disciplinar do Exército, com a prisão do coronel da ativa Carlos Brilhante Ustra, indisciplinadamente, por ter cometido ato de disciplina ao pronunciar-se sobre matéria política, editando um livro.

Igualmente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, este Parlamento pede apoio a uma moção a ser enviada ao Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da Justiça Militar, para que a partir das declarações públicas do coronel da ativa Carlos Alberto Brilhante Ustra, publicadas nos jornais Folha de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, edições do dias 10, 11, e 12 de março de 1987, seja instaurada Ação Penal Militar, para, após ser-lhe concedido o direito a ampla defesa, seja ao final condenado às penas da Lei pelos delitos que cometeu contra a vida e a integridade física de pessoas.

Não venham os céticos e mal intencionados, fazer alegações reportando-se à anistia. Anistia é esquecimento. Quem, vem a público ufanar-se, fazendo apologia dos crimes cometidos, não pode ser beneficiário do instituto da anistia, por contrariar-lhe o próprio princípio em que ela se apóia. Tal é o caso do torturador Ustra."

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fica aqui o nosso registro, e requeira, neste momento, que o nosso pronunciamento seja encaminhado ao Ministro do Exército e ao Procurador Geral da Justiça Militar para as providências de praxe.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Consulta a Liderança do PT.

Falará o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, nobres colegas.

Hoje, quero aproveitar o espaço do Partido dos Trabalhadores nesta Casa para chamar a atenção para aquilo que ocorreu anteontem e ontem no Brasil inteiro. Trata-se de uma reprodução daquilo que já vem acontecendo, há muito tempo: a repressão exercida pelo Poder Público em cima daqueles que lutam conscientemente e de forma organizada por seus direitos. E aqui quero sublinhar que os petroleiros e os portuários

estavam quase trabalhando como se fosse em um campo de concentração no tempo do Hitler.

Companheiros.

Por que será que os petroleiros estavam em vigília?

Quero usar uma reportagem do jornal "O Estado do Paraná" publicada ontem, onde o assunto fica claro para todos, e que nos chama a atenção quando diz o seguinte: "Segundo cálculo do DIEESE, o salário mínimo, depois do cruzado, significa que, para alimentar um trabalhador sozinho, sem esposa e sem filhos, ele vai gastar 96% do salário só em alimentação. Vai gastar 28 dias e seis horas do salário mínimo mensal para alimentar uma esposa na família".

O jornal diz mais!

Diz aqui que, pelas pesquisas do DIEESE, o atual salário-mínimo deveria ser de 7.500 cruzados, isso para garantir o mínimo necessário para uma pequena família sobreviver.

Essa é uma realidade que se reproduz não só com os petroleiros, não só com os portuários - mas com toda a classe trabalhadora desta Nação inteira.

Os portuários, ou melhor, os petroleiros estavam pedindo 71% de aumento, um humilde pedido de 71%.

E daí?

Eu gostaria de saber e gostaria de perguntar a este Plenário; o que é que significa a intervenção militar, a intervenção do exército nas refinarias e nos portos?

A intervenção do exército, o que a justifica? Para mim não há justificativas. Nada justifica a intervenção das forças militares contra aqueles que estão em vigília reclamando e mostrando para a opinião pública a sua situação de vida.

Se este procedimento fosse adotado quando do congelamento de preços, se então fossem usados as forças do exército para prender fazendeiros; se fossem usadas as forças militares para reprimir os donos dos automóveis das indústrias, que estavam forçando o aumento dos preços, isto se compreenderia, assim como se justificaria o uso da força militar para punir os que escondiam o sal, o adubo, a semente, para forçar os aumentos, ou quando os banqueiros não forneciam mais recursos financeiros para forçar a liberação dos preços.

Por que será, nobres colegas, que então não foi adotado o mesmo procedimento? Por que esta a diferença de comportamentos com referências aos trabalhadores?

Eu queria lembrar os nobres colegas que ações desse tipo são desencadeadas desde a Velha República, e na falsa democracia da Nova República, trata-se de um atentado contra a livre organização dos trabalhadores, a livre organização sindi-

cal que, alias, sempre foi constante no discurso, mas não na prática daqueles que detêm o Centro do poder nesta Nação.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Solicito um aparte. (Assentimento).

Vossa Excelência sabe que sou oriundo do ex-MDB e combati o regime que tivemos durante 1964.

Agora no plano que Vossa Excelência vê quando Vossa Excelência critica uma instituição que existe no país para garantir a sua soberania.

Eu posso lhe adiantar que pertencço às fileiras do PMDB que é o grande responsável por esta democracia no País. Mas, não posso permitir que Vossa Excelência venha criticar a intervenção do Exército em certos momentos, porque a obrigação do Exército, evidentemente, é manter a ordem em nosso País.

E nós, que pregamos sempre a democracia o respeito e a ordem, assim como Vossa Excelência, não podemos confundir uma intervenção para manter a ordem como uma forma de desrespeito.

Eu entendo que aqueles que pretendem destruir um país que passa dificuldades como nós estamos passando, nobre Deputado, é um momento de somarmos esforços em todos os sentidos e não é gerarmos e criarmos uma série de problemas que se cria nesse País, inclusive, por infiltração de pessoas do seu partido para tentar desestabilizar um Governo que está procurando melhorar uma situação no país.

Então, Vossa Excelência peca quando aí vem apregoar a intervenção do exército neste sentido. Acho que temos de moralizar e não desmoralizar uma pátria que ela não é só minha, não é só de Vossa Excelência. É uma pátria de nós todos e que deve ser respeitada e garantir o futuro das crianças de amanhã.

Muito obrigado.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu parabeno o seu pronunciamento assumindo esta posição porque realmente nós do Partido dos Trabalhadores, manifestamos aqui e confirmamos, os culpados pela desestabilização deste País são aqueles que sempre dominaram esta Nação.

Eu queria dizer mais. Queria dizer de que ele concorda que o Exército intervenha quando os trabalhadores se organizam, mas ele não falou se concorda que o Exército intervenha quando os patrões estão desestabilizando esta Nação, quando faltou carne, quando faltou leite, quando faltou comida, quando falta casa, quando falta terra, aí o nobre Colega não se lembra de dizer que o País está em desordem.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Presidência consulta a Liderança do PDT, se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros da Bancada do PDT.

No próximo domingo assume o novo Governador.

Imagina-se uma manhã luminosa e aconselha-se aos que vão estar presentes à cerimônia da transmissão de cargo, o uso de óculos escuros e bronzadores, porque se fará a transmissão de cargo em espaço de muita luz, longe da sombra do Palácio Iguaçu, exatamente pela idéia de afastar da transmissão de cargo do Governador do Estado as sombras da outra transmissão, manifestas pela presença deletéria de ditadores de republiquetas vizinhas.

Parece que se dará esta transmissão ao ar livre e à luz do sol e com a exigência de bronzadores e óculos escuros, e quem sabe até, de chapéus para as senhoras. Esta transmissão se fará para que se afaste a presença de convidados incômodos, como aconteceu na posse do Governador João Elísio Ferraz de Campos.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA - Um minuto só, assim que eu trace todas as nuvens deste panorama de posse, concederei os apartes.

E assim, neste espaço de sol, para evitar as sombras, ganha o Paraná o novo Governador!

Nós imaginamos que venha comprometido com o novo!

Imaginamos que venha inspirado na idéia de "Brasil, nunca mais", inspirado mesmo no inteiro teor do discurso do Deputado Domingos Scarpellini, nesta tarde, aqui, neste Plenário.

Imaginamos que venha tentando mudar e transformar pela moralização e pela presença, imaginamos que não repita mais estes passeios de helicópteros, como que nesta tarde fez dos céus de Curitiba e mais dos horizontes do Centro Cívico, o espaço de uma mordomia desmedida, que não vale muito para a paisagem de uma cidade de sistema viário tão louvável!

Com certeza, o Prefeito Roberto Requião sente-se ameaçado cada vez que o Governador eleito deixa de andar pelas ruas de Curitiba, de caminhar entre os cidadãos da Capital, para voar pelos céus da Cidade, no helicóptero posto a serviço do Palácio.

Imaginamos ainda, que se faça o tempo novo, com o inteiro teor do discurso do Deputado Domingos Scarpellini, e encarece-

mos a este Deputado que encaminhe cópia do seu requerimento ao Senador José Richa, porque diz a "Folha de São Paulo", no dia de ontem, ser o Senador José Richa o mais abalizado interlocutor do Ministro do Exército, o ilustre General Pires Gonçalves:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso que o tempo novo se inaugure pela transparência, que se vote o diploma que define o salário do Sr. Governador, com a informação clara e transparente de quanto vai ganhar, para que nós Deputados possamos, efetivamente, saber o que estamos votando.

É preciso que o tempo novo faça com que as trombetas do oficialismo venham do lado de lá luzidas, polidas, brilhantes, eloqüentes, e não tampadas pela rolha do discurso que elogia o que é autoritário e não tampado pela rolha do discurso que tenta tapar o sol com a peneira; queremos trombetas de um oficialismo dourado, seja o Palácio Iguazu a cidadela de colifeus eloqüentes, brilhantes, mas jamais com suas trombetas tampadas pela rolha de acontecimentos, como o do dia de ontem e de anteontem."

Quero aqui manifestar o caráter profético do Presidente do PMDB, Ulisses Guimarães, aliás, em Brasília o Presidente de quase tudo, quando ao abrir os trabalhos da Assembléia Constituinte, pediu liberdade e justiça com boa retórica, encarou o futuro, prometeu voltar as costas para um passado cheio de iniquidades, e disse que a paisagem social do Brasil é uma humilhação para todos nós que temos o privilégio de ter nascido e de viver sem privação, e disse ainda, que não existe no mundo de hoje, sociedade que seja tão cruel com os trabalhadores.

A afirmação chocante do Presidente do PMDB e presidente de quase tudo em Brasília, com certeza vinha cheia de unção profética, Sua Excelência profetizava o que vinha depois.

Tem o Deputado David Cheriegate, o aparte.

O Sr. David Cheriegate - Eu agradeço a Vossa Excelência, o aparte.

Quero cumprimentá-lo, pelo seu pronunciamento. E gostaria, inclusive, de acrescentar aqui, que o povo paranaense está quase que estarrecido pelas mordomias e pelos gastos em publicidade, que o Governo do PMDB trouxe para a realidade paranaense.

Tive a oportunidade esse ano, de poder visitar a nossa divina Caiobá, somente num final de semana, e fiquei estarrecido ao ver com meus olhos, o Governador João Elísio ir passar o fim de semana na sua casa, defronte à praia mansa de Caiobá, que hoje

podemos fazer em 45, 50 minutos de carro, ir de avião a jato do Governo do Estado, até o aeroporto de Guaratuba, ser recebido pelos percursores da Polícia Rodoviária Estadual, onde requisitaram um dos ferry-boat; existiam mais de 500 paranaenses ou brasileiros, dos dois lados, aguardando a travessia, para que Sua Excelência o Governador João Elísio passasse e fosse até sua casa.

Então, realmente, Deputado Rafael Greca, é da maior importância o seu pronunciamento, e haveremos de, durante este mandato, vir aqui denunciar essas mordomias, a utilização de recursos em propagandas, para promoção pessoal em todos os órgãos, como fiz ontem com o Prefeito de Curitiba, Roberto Requião, e que o Governo João Elísio também tem sido um dos baluartes destes gastos.

Então, deixo aqui, Deputado Rafael Greca, os meus cumprimentos pelo seu ilustre pronunciamento.

O SR. RAFAEL GRECA - Veja Vossa Excelência e vejam os Deputados, que tempo novo não se faz com o Governador, como uma libélula em céu de primavera, desfilando de helicóptero pelos céus de Curitiba.

Tempo novo também não se faz ...

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência informa que o tempo de Vossa Excelência está esgotado.

Concede-lhe, portanto, um minuto para o encerramento.

O SR. RAFAEL GRECA - ... nesta Caiobá, que embora seja cenário para aparatoso desembarque para o Governador, este não é o João que nós conhecemos.

Não se faz nesta Caiobá que a cada chuva faz com que a água entre dos ralos das casas e as inunde, mesmo as dos mais ricos, porque a praia é só decorada; tempo novo se faz com obra de verdadeira infraestrutura.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Presidência consulta a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se fará uso do seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consultamos a Liderança do PDS, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consultamos a Liderança do PL, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, o Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Revendo os últimos acontecimentos, temos com inquietante preocupação, acompa-

nhado os movimentos dos agricultores. Seus desesperos e anseios, que são mais reais do que muita gente pensa; eles estão falindo, perdendo as suas terras e engrossando o número daqueles que vão às cidades em busca de dias melhores e encontram apenas barracas em favelas, como abrigo, e muita fome, com baixos salários obtidos no trabalho, por serem operários não qualificados.

Ainda ontem, lendo o jornal "Folha de Londrina", fomos informados de que a Justiça de São João do Ivaí levou nesta semana, mais sete pequenas propriedades a leilão, devido a processos movidos por Bancos e empresas privadas, pelo não pagamento de contas de dívidas contraídas.

Não estamos aqui para defender caloteiros, mas temos que estudar, porque isto vem ocorrendo com mais frequência envolvendo gente que nunca teve qualquer mancha em sua conduta moral. A crise está se generalizando de tal forma que, segundo noticiário do jornal "Indústria e Comércio do Paraná", em edição da semana passada, no Sudoeste do Estado, tem gente vendendo suas propriedades por qualquer valor, só para não ter seu nome num Cartório de Protestos.

A matéria menciona o Deputado Pedro Tonelli ter observado que mais de 50% dos pequenos agricultores de Paulo Frontin estão nesta condição também.

O que mais nos preocupa é o tipo de propriedades que foram a leilão. Segundo a "Folha de Londrina", a maior parte não chega a dois alqueires ou cinco hectares, sendo uma delas de apenas um hectare.

A maior propriedade corresponde a apenas oito alqueires. A crise existe. Sabemos que os preços agrícolas estão bem abaixo dos custos, e que os intermediários aproveitam a falta de recursos oficiais para comprar os produtos agropecuários, dos valores aviltados, não respeitando nem o preço mínimo de garantia, que já é baixo.

Sabemos também que os atuais juros são sufocantes, não só para a agricultura, mas para toda a economia da Nação.

Além disso, sabemos que a ausência de uma política agrícola coerente está massacrando o setor, principalmente o pequeno agricultor, que não tem jogo de cintura.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, achamos justo que os bancos oficiais venham em socorro desta gente, ou que pelo menos os bancos particulares usem uma parcela dos fabulosos lucros auferidos, para cobrir a dívida destes agricultores, cedendo uma moratória, de pelo menos dois anos, como foi reivindicado no último dia 10, "Dia Nacional do Protesto".

Cabe aqui um apelo à Diretoria do BANESTADO, principalmente ao novo Presiden-

te, João Carlos Finardi, que conhecemos ser muito sensível para a criação de um programa que verdadeiramente ampare os pequenos agricultores nestas horas difíceis.

Esperamos também que o próximo Governo Estadual esteja disposto a atender devidamente esta justa reivindicação.

Ainda há pouco, momentos antes de adentrar a este plenário, recebi uma cópia da "Carta de Sobrevivência da Agricultura", preparada pela Central Sindical do Norte Novíssimo, órgão representativo de Sindicatos patronais e de Trabalhadores Rurais, ligados à agricultura da Região do Norte Novíssimo, reunidos em Iporã, município que também tenho a honra de representar juntamente com nobres Deputados que compõem este Parlamento.

Preocupados com a aflitiva situação em que vive a agricultura nacional e regional, colocaram em destaque alguns pontos que eu gostaria de mencionar:

"Os agricultores foram estimulados pelo Plano Cruzado a investir na atividade, de tal forma que esse investimento resulta na maior safra de todos os tempos;

- Que o novo horizonte apontado para a agricultura estimulou e entusiasmou a fixação do homem à terra, antevendo em futuro próximo o equilíbrio e justiça social no campo;

- que o redirecionamento de aplicações financeiras para o mercado dos RDB's, CDB's e poupanças, além do OVER, estimuladas pelas autoridades financeiras do País, veio novamente premiar a ociosidade e a vantagem de não produzir alimentos; resolvemos elaborar esta CARTA, que denominamos "Carta de Sobrevivência da Agricultura", exigindo, embora tardias, providências que julgamos em condições de recolocar e de reestruturar a atividade agrícola;

- que se equacione, de maneira justa e urgente, a taxa de juros cobrado pelos bancos até 30% ao mês e que inviabilizem qualquer tentativa de investir e trabalhar;

- que se passe a remunerar os custos das safras agrícolas, nos seus vários produtos, de forma a atender os percentuais preconizados pelo Estatuto da Terra;

- que os sindicatos, através de seus advogados, passem a acompanhar os associados e outros agricultores em geral, em seus acertos de custeios e investimentos, pagamentos e composições de acertos bancários, além de créditos pessoais que possam provocar composições na esfera judicial, a fim de evitar falências e até suicídios no meio agrícola;

- que seja efetivada uma moratória agrícola interna, de três anos e a juros de 10% ao ano, sem correção monetária, como forma de capitalizar o setor;

- que, se não atendidas as reivindica-

ções acima, os agricultores passem a não adquirir insumos, defensivos e máquinas agrícolas por tempo indeterminado, além de não investir em obras civis como silos, barracões, mangueiras, etc;

- que face à situação de prejuízo que se repete após cada safra, não sejam forçados a plantar menos para, em consequência, perder menos;

- que os nossos representantes políticos nas pessoas dos Deputados Federais e Estaduais, sejam cobrados energicamente das suas ausências e inatividade na participação das soluções dos problemas sociais e econômicos de nossa região;

- que, finalmente, nos consideramos em luto temporário e alerta permanente nos oitenta e quatro municípios que compõem a base territorial da Central Sindical".

(Assina o Presidente Renato Antônio Fontana.)

Não poderia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Partido Liberal deixar de manifestar a sua integral solidariedade aos produtores rurais verdadeiramente massacrados por medidas governamentais mal orientadas.

Estou pronto a ser cobrado pelos prezados co-estaduanos daquela região, pois jamais estarei ausente e nem inativo no que depender do Deputado Estadual, para a solução dos problemas sociais e econômicos, como enfatiza o Documento.

Por isso, estou dirigindo apelos às autoridades competentes, e continuarei assim a fazer até que haja a devida consideração a quem está trabalhando pelo bem-estar da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Presidência anuncia aos Srs. Deputados que a Comissão Executiva, tendo em vista os acontecimentos relacionados com as notas taquigráficas a que se referiu o Sr. Deputado Algaci Túlio, determinou à Coordenadoria do Serviço de Taquigrafia que as notas taquigráficas só poderiam ser fornecidas a quem quer que seja, com assentimento do autor do pronunciamento, depois de revisado ou não pelo mesmo.

Esta Presidência consulta a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, a bancada do PFL, atendendo a solicitação do ilustre Líder da Bancada do PMDB, Sr. Deputado Caíto Quintana, tem a satisfação de ceder o seu tempo ao ilustre Deputado, futuro Secretário de Administração, que fará certamente a despedida nesta Casa, o Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Com a palavra, o Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agradeço ao líder do PFL, Sr. Deputado Basílio Zanusso, por ter cedido o seu tempo para que eu possa fazer uso da palavra.

Não pretendia fazer um discurso de despedida neste momento em que me licencio da Assembléia Legislativa para, a convite do Governador Álvaro Dias, ocupar a Chefia da Secretaria de Estado da Administração, porque me sinto Deputado, pois as responsabilidades assumidas no pleito de 86, em que a Bancada do PMDB no Oeste do Paraná foi reduzida de seis para dois Deputados, faz com que as reivindicações daquela região sejam ainda para mim canalizadas, em parte, mesmo ocupando a Secretaria de Administração.

Mas, ao ouvir as palavras do nobre Deputado Rubens Bueno e os apartes dos Srs. Deputados, elogiosos também a mim, venho à tribuna para agradecer as palavras de incentivo e para dizer que não esperava o convite do Governador Álvaro Dias para ocupar a Secretaria da Administração, mesmo porque no Governo que ora termina, a Secretaria do Interior foi ocupada por dois companheiros do PMDB do Oeste. Eu, como engenheiro de profissão, imaginei que se porventura convidado, viria a ser para a Secretaria do Interior.

Imagino que o convite tenha nascido em função da nossa atuação na Assembléia, com a apresentação de projeto citado hoje pelo Deputado Basílio Zanusso, e que nos preocupávamos com o perfil do Paraná, no sentido da perigosa aproximação das despesas de pessoal e custeio, com a receita de ICM do nosso Estado. E que através daquele projeto, pretendíamos limitar a despesa de pessoal e custeio em 75% da receita tributária do Estado do Paraná.

E agora, nestes dois meses em que estamos a nos preparar para poder assumir a Secretaria, com um volume imenso de informações que estamos procurando digerir, para nos colocarmos a par da complexidade da máquina administrativa, vemos ainda com mais preocupação no Estado do Paraná.

Para termos idéia exata do quadro que se encontra o Governo do Estado, passamos a fazer gráficos em que de um lado demonstrávamos nos últimos doze anos, através de curvas, a produção de cada órgão do Estado. E neste mesmo período a evolução do quadro de pessoal.

E o que já imaginávamos, nos gráficos ficou estampado, a lei que determina o aumento de pessoal nos diversos organismos do Estado, nada tem a ver com a produção destes órgãos no mesmo setor. São leis diferentes.

Encontrei em todos estes gráficos um órgão que se manteve estável no paralelo entre o seu quadro de pessoal e sua ativi-

dade básica, a Secretaria de Justiça. Que a população carcerária que se mantém estável praticamente desde 1975 que é o prazo pesquisado por mim, manteve também o seu quadro de pessoal estável. E aliás, a população carcerária só pode ficar estável pois o último Governador que investiu na ampliação do nosso complexo penitenciário foi Manoel Ribas.

Mas, alguns órgãos como por exemplo, o órgão criado para habitação - a Cohapar, teve a sua maior produção de unidades habitacionais no ano de 1981, quase dez mil casas e em 1984, produziu perto de 800 casas.

Pois em 1981 a Cohapar tinha um efetivo no seu quadro de pessoal equivalente a metade do que tinha em 84, ou quase 2/3.

E aí é fácil de compreender que o custo indireto da casa feita em 81 foi muito menor do que o custo da casa feita em 84.

Essa constatação que não é de um órgão e sim passa a ser uma lei geral a ser pesquisada é que nos deixa preocupado e faz com que o Governador Álvaro Dias tenha preocupações básicas na racionalização da máquina administrativa adaptando-a constantemente, pois racionalização administrativa se faz no dia a dia para que possa o Estado continuar prestando seus serviços, a custos que possa o Estado com a sua receita tributária arcar.

Eu ocupei também a tribuna porque escutei um aparte dado pelo Senhor Deputado Rafael Greca ao Senhor Rubens Bueno, a citação de um escritor que dizia que o povo brasileiro não era bonzinho.

Na verdade, o que a gente se apercebe na atuação como Deputado em que todos os dias recebemos telefonemas, e isso acontece comigo e deve acontecer com cada um dos Deputados, nos solicitando a intervenção para que de forma irregular possamos resolver problemas.

Esta constatação faz com que nós de todos os partidos em campanha política venhamos colocar a educação em processo cultural com prioridade. E ao assumir o Governo, tanto faz ser do PT como do PDS, Governo que não tem recurso não pode ter prioridade.

E os discursos do PT, do PDT, do PDS, do PMDB, diante de uma realidade sem recursos no Governo do Estado, esta prioridade acaba sendo definida por organismos de créditos normalmente com sedes de enfoque fora do nosso país.

É em função disso Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a máquina estatal do Governo do Estado precisa se adaptar a esta realidade para que nós tendo nossos próprios recursos de receita tributária possamos definir as nossas prioridades sem que elas sejam definidas em organismos fora do Estado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- (Pela Ordem)-

Eu solicito vênica a Vossa Excelência na condição de Presidente do Poder Legislativo, para que um pedido pela ordem, registre a satisfação pessoal no sentido da nomeação do eminente Deputado Mário Pereira para a Secretaria de Administração do Estado do Paraná.

Faço-o pela ordem, tendo em vista o exíguo tempo que Sua Excelência detém na Tribuna da Assembléia Legislativa; e faço-o Senhor Presidente, sobretudo não como um dever de coleguismo, ou de espírito de corpo desta Casa, mas, faço-o, sobretudo, como um ato de justiça.

Tive a oportunidade de conviver com o Deputado Mário Pereira, durante quatro anos nesta Assembléia Legislativa. Estivemos, em campos opostos, mas, guardamos, sobretudo, a nossa fé e o nosso respeito mútuo.

E, em razão dessa convivência, do conhecimento de Sua Excelência, a respeito das coisas do Paraná, é que desejo cumprimentá-lo e desejar que Sua Excelência tenha a coragem de enfrentar as coisas novas exigidas pelo povo paranaense, no exercício das funções de Secretário de Estado.

Está na hora dos políticos brasileiros terem a coragem de enfrentar o novo, o novo no País, é a questão social, é a Constituição.

Desejo a Sua Excelência, toda a sorte de felicidades à frente da Secretaria da Administração no próximo governo.

O SR.MÁRIO PEREIRA - Agradeço as palavras do nobre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira. E, como tenho só um minuto, quero concluir.

Nós precisamos ter recursos para definir prioridades. Mas, queria, Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, Senhores Deputados, dizer que nós aqui lutamos com tanto ardor em favor do ensino, e buscamos todos nós, por exemplo, autonomia administrativa para as nossas Universidades poderem crescer sem a interferência do Poder Executivo.

E aí faz-se um gráfico e se constata que o número de funcionários da Universidade de Londrina vem crescendo de forma contínua, e no ano de 1984, aconteceu um fato, uma infeliz coincidência constatada num estudo: enquanto o número de funcionários crescia, o número de alunos também crescia. Em 84, porém, o número de alunos caiu para seiscentos e, neste mesmo período, de 84 a 86, o número de funcionários da Universidade de Londrina, que tem autonomia administrativa, cresce em seiscentos, que faz com que a Universidade de Londrina, hoje, tenha menos de quatro alunos por funcionário/professor, enquanto que, na Europa, a média é de doze.

E pasmem! As Universidades brasileiras formam administradores de empresa. Quem sabe, lá fora não acreditem nisso, mas formam.

Então, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, diante desta realidade, unidos, podem transformar o nosso Estado, e, diante da realidade de outros Estados, ainda podemos ficar felizes, porque o Paraná ainda se encontra numa situação ainda não tão dramática como os outros Estados!

Eu quero, Senhores Deputados, Senhor Presidente, lá na Secretaria da Administração, ter a satisfação de poder contar com permanente contato com os Senhores Deputados, e colocar aquela Secretaria à disposição, com dados para que, em conjunto, possamos buscar saídas para o Paraná e auxiliar este Governo que se inicia agora com tanta vontade de acertar o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Encerrado o período das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passamos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Da Proposição n. 165/84, proposta de emenda constitucional, que dá nova redação ao item II, do art. 22 e acrescenta 2 parágrafos ao art.147, da Constituição Estadual (Respectivamente: fixa subsídio e ajuda de custo dos Deputados; subsídio de Governador e subsídio e verba de representação de Vice-Governador).

COMISSÃO DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

REDAÇÃO FINAL DA PROPOSIÇÃO N. 165/84

Art.1.º - O item II, do art.22, da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

"II- Fixar o subsídio e a ajuda de custo dos Deputados atendidas as disposições da Constituição Estadual".

Art.2.º - O art.147, da Constituição Estadual, fica acrescido de dois (02) parágrafos com a seguinte redação:

"§ 1.º - O Governador do Estado, enquanto titular do cargo, perceberá subsídio igual ao vencimento e vantagens pagos ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado".

"§ 2.º - O subsídio e a verba de representação do Vice-Governador do Estado, ficam fixados em 2/3 (dois terços) dos valores pagos sobre esses mesmos títulos, ao Governador do Estado".

Sala das Comissões, em 11.03.86.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator.

Aprovado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem)- Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Embora tenha sido já aprovada...

O SR.LUIZ ALBERTO- (Pela Ordem)- O eminente Líder do PDT fez a solicitação de verificação de votação ao tempo, de tal sorte que Vossa Excelência deve realmente colocar a matéria solicitada para verificação de votação.

Vossa Excelência poderia anunciar o número da colocação do Projeto na Ordem do Dia?

O SR.PRESIDENTE -(Ferrari Júnior)- É o n.1.

O SR.LUIZ ALBERTO - Vossa Excelência fará a verificação de votação?

O SR.PRESIDENTE - (Ferrari Júnior)- Conforme solicitação da Liderança do PDT.

O SR.CAÍTO QUINTANA -(Pela Ordem)- Senhor Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR.PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- A Mesa defere. Solicitamos do Senhor 1.º Secretário para que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede a chamada nominal.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 134/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que cria o Município de Corumbataí do Sul, com território desmembrado do Município de Barbosa Ferraz, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL da C.C.J., (Apenso a este, o Projeto de Lei n. 135/85). (Publ. no DA. n.68, de 01.08.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 134/85

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, tem por finalidade a criação do município de Corumba-

taí do Sul, com território desmembrado do Município de Barbosa Ferraz e divisas que especifica.

Realizado o plebiscito, para se dar cumprimento ao mandamento legal, a população local acorreu às urnas para, maciçamente, externar a sua aprovação à criação do novo município..

Assim sendo, cumpridas que foram as formalidades legais e regimentais, inexistindo óbices de qualquer natureza à normal tramitação do Projeto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, com Emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 09.12.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

PROJETO DE LEI N. 134/85

Art.1º - Fica criado o Município de Corumbataí do Sul, com território desmembrado do Município de Barbosa Ferraz, com sede no Distrito Administrativo do mesmo nome, atualmente existente, e com as divisas que a seguir especifica: " Começa no ponto de encontro do Rio Chupador, com a divisa dos Municípios de Barbosa Ferraz e Campo Mourão, seguindo até a bifurcação com a estrada para Barbosa Ferraz, e daí seguindo até encontrar a nascente do Rio Arurau, o qual desce até o espigão divisor, entre as águas Marinha e do Juca, seguindo pelo referido divisor rumo leste até a estrada do Souza, pela qual segue até o Rio São Joaquim, e por este abaixo até a foz do Córrego Ourilândia, deste ponto por uma linha seca, rumo Sudoeste até a nascente do Ribeirão Raposo Tavares, de onde segue pelo divisor das águas do Ribeirão das Lontras e Rio Óleo Pardo, até atingir a ponte da estrada antiga Iretama - Campo Mourão no Rio Chupador, ponto de partida".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Responderam a chamada trinta e nove Senhores Deputados. Há quorum para deliberação. A Mesa vai proceder a verificação de votação, requerida pelo Senhor Deputado Líder do PDT, Antônio Belinati. Os Senhores Deputados que aprovam a matéria, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam a

matéria permaneçam como estão. Vinte e sete Senhores Deputados a aprovam; onze Senhores Deputados a rejeitam. Está APROVADA a matéria.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Apenas para registrar o voto deste Deputado, eu considero realmente, uma matéria de auto-indagação, o vencimento de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, deixando que Sua Excelência realmente tenha um vencimento compatível com as exigências do cargo. Entretanto, ocorre-me uma série de dúvidas a respeito da constitucionalidade, da legalidade da matéria que está sendo votada. Como não tive oportunidade de estar presente nas outras votações, em razão do exercício de funções da Presidência da União Parlamentar Interestadual, desejo manifestar-me agora a respeito da legalidade, da constitucionalidade e da forma como a matéria está sendo votada, para que no futuro possa voltar ao assunto com os detalhes maiores que a matéria exige Senhor Presidente, era a manifestação que gostaria de fazer à Assembléia Legislativa.

O Sr. Antônio Belinati - (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, apenas uma declaração de voto porque votamos contra, primeiro, defendemos que o Governador tenha um salário compatível com o cargo, que o Governador seja bem remunerado pela alta função que ocupa. Segundo, votamos contra, Senhor Presidente, porque muitas dúvidas ficaram. Solicitamos à Presidência da Casa, uma informação correta sobre qual será o novo salário do Governador, e não recebemos resposta, não nos foi possível, nem mesmo a própria Presidência da Assembléia, nos informar qual será o salário real, incluindo as vantagens para o novo Governador. Como cada jornal publicava um salário de Deputados dizendo que seria de 40, 75, de 104, de 160, comentários até de que com as vantagens o novo Governador perceberá, mais de Cz\$ 200.000,00 mensais. Como não nos foi possível um esclarecimento não poderíamos votar, fixando um salário que não sabemos de quanto será. E era esse o esclarecimento.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente,

uma observação apenas. Neste momento em que se vota projeto de nossa autoria em 1ª Discussão, que cria o município de Corumbataí do Sul, eu só queria deixar registrado aos nobres Parlamentares que se encontra neste momento junto a esta Casa, o Presidente da Comissão que cria este município, Senhores Jair Cândido de Almeida e Geraldo Martins de Souza, membros da Co-

missão. Estão aqui exatamente comunicando à Casa que, na próxima segunda-feira, estarão em caravana para prestigiar a votação dos Senhores Parlamentares, também na terça-feira. E eu quero só também aditar esta breve intervenção de que este Projeto observou todos os trâmites normais, desde a sua natural criação, pois, fomos à região, e a Comissão visitou todos os recantos do então Distrito de Corumbataí do Sul, levando a proposta de criação do município. Posteriormente, com os pré-requisitos que a Constituição determina, apresentamos o Projeto, para o Tribunal Regional Eleitoral realizar o plebiscito, onde mais de 90% da população, declarou-se favorável à criação do município. Os parlamentares que conhecem a região, sabem que realmente é de inteira justiça a criação deste Município.

Por isto, esta observação, à qual agradeço a gentileza e a paciência de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Continua em discussão. Para discutir, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Queremos neste instante parabenizar o Deputado Rubens Bueno, pelo brilhante Projeto, porque, eu que conheço Corumbataí do Sul, é uma cidade que pertence a nossa região, próxima a Maringá, e há tempo já deveria ter passado a Município.

Senhor Deputado Rubens Bueno, meus parabéns. Parabéns a todos os munícipes de Corumbataí do Sul, pela conquista, e espero, que o novo município paranaense seja coroado de êxito, para o bem da sua gente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A matéria continua em discussão. Em votação. Os Deputados que aprovam...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente (Assentimento).

Senhor Presidente, talvez seja até surpresa ao Deputado Rubens Bueno, de que hoje tive a oportunidade de receber vários telefonemas de Corumbataí do Sul, onde tenho também laços de amizade solicitando deste Deputado o apoio ao Projeto de autoria do nobre parlamentar. E nós entendemos que a nossa missão neste Poder Legislativo, é cumprir com as reivindicações da população que representamos. E, entendo que este Projeto vem de encontro com a população daquele município, eu quero manifestar o meu apoio, ao Projeto do Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A matéria está em votação. Aprovada.

Requerimento sobre a Mesa de autoria do Senhor Deputado...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela Ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).

Senhor Presidente: Antes que o Plenário se esvazie eu gostaria de, como Líder da Bancada do PMDB, requerer à Mesa que informasse a esta Liderança, se foi autorizado. Pode ser posteriormente, mas que seja oficializado pela Mesa. Se foi autorizado pela Executiva desta Casa, o fornecimento das notas taquigráficas, permitam-me o Deputado Algaci Túlio, juntamente com o Deputado Domingos Scarpellini. Quem nominalmente, compareceu a esta Casa para requerer as notas taquigráficas dos Senhores Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa informará oportunamente a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sobre a Mesa, requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Vicente Okamoto, manifestando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Natsu Okamoto. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Questão de ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).

Eu fiz uma solicitação da tribuna da Assembléia para que a Presidência e, a 1ª Secretaria informassem a esta Casa o que realmente aconteceu com as notas taquigráficas do nosso pronunciamento. Quem foi? E em nome de quem foram apanhadas estas notas taquigráficas, e com ordem de quem.

Portanto, a preocupação do Líder do PMDB, vem se juntar à nossa preocupação e à do nosso colega do PDT, que também teve as suas notas taquigráficas furtadas, porque é um direito constitucional, de qualquer cidadão, ou de qualquer organismo, requerer Certidão de Pronunciamento.

Agora, as notas foram furtadas da Assembléia. O cidadão comparece aqui alegando ser jornalista, cometendo, inclusive um crime de falsidade ideológica, se fazendo passar por jornalista, e leva as notas taquigráficas, como se nós tivéssemos vivido ainda no tempo do breu...

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - E é por esta razão que estou pedindo essas explicações, e espero recebê-los nesta tarde, porque eu acho que assunto como este tem que ser de pronto atendido, uma vez que estão aqui as pessoas que estavam traba-

lhando quando aqui compareceu este mercenário que vem em nome de que levar estas notas do nosso pronunciamento?

Então, eu gostaria que as explicações fossem dadas nesta sessão antes que se finde os trabalhos nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - -Vamos atender Vossa Excelência. O Senhor 1.º Secretário fará as observações devidas.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - Na manhã de hoje, recebi informações de que o Serviço de Taquigrafia teria fornecido notas taquigráficas a alguém que se intitulava agente da Polícia Federal. Nós estivemos pessoalmente no Serviço de Taquigrafia e lá constatamos que alguém, possivelmente um jornalista, pegou as notas taquigráficas e deu para esta pessoa que se intitulava agente da Polícia Federal. E em consequência dessas informações e das denúncias que chegaram ao nosso conhecimento, a Comissão Executiva determinou que a partir de hoje as notas taquigráficas só sejam fornecidas após o Deputado que fez o seu pronunciamento, revisasse ou não o mesmo. E de outra forma só serão fornecidas através de certidão ou tendo conhecimento pelo "Diário da Assembléia".

A partir de hoje, o Serviço de Taquigrafia da Assembléia só fornecerá ao Deputado que fez o pronunciamento, e a este cabe autorizar ou não a entrega dessas notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n. 07/87, que denomina "Horácio Ribeiro dos Reis", o trecho da PR 180, que liga a sede do Município de Cascavel ao Distrito de Juvinoópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do Banco do Brasil. - Regional do Paraná, encarecendo a instalação de um posto avançado, daquele estabelecimento financeiro, no Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hrushcka, constante do expediente, solicitando a concessão de passagens aéreas e despesas de estadia, para seu deslocamento à Cidade do Rio de Janeiro, onde participará, como convidada, do Programa de Assistência ao Menor, promovido pela Fundação Roberto Marinho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hrushcka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, encarecendo a redução dos juros bancários, em atendimento às reivindicações dos agricultores, comerciantes e industriais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria do Laboratório Prado S/A. pelo transcurso do seu 39.º aniversário. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Pela Ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).

Senhor Presidente, para que não se crie também problemas com o Comitê de Imprensa, e tomo a liberdade de solicitar ao ilustre 1.º Secretário desta Casa, Deputado Anibal Khury, que fosse providenciado o nome do profissional de imprensa que apanhou essas notas taquigráficas porque, caso contrário, poderá haver quem sabe até um clima de insatisfação com os demais profissionais de imprensa que poderão se sentir, ofendidos diante de um fato tão sério.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está com a palavra o Senhor 1.º Secretário.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - Bem para se apurar efetivamente quem forneceu as notas taquigráficas, nós teríamos que mandar proceder a uma sindicância. Eu creio, nobre Deputado, que o assunto está encerrado com as providências que a Comissão Executiva tomou, e esses fatos não mais se repetirão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).

Senhor Presidente, este Deputado no que diz respeito ao seu pronunciamento, na tarde de ontem, se sente por demais tranqüilo em relação ao que mencionou da tribuna desta Casa. E tenho a certeza de que como falou em nome do povo, não procurou em momento algum ofender a honra do nosso Exército, saiu para conter o movimento grevista, deveria sair também para combater a criminalidade. Daí porque não me sinto em momento algum preocupado com o que possa vir a ocorrer. Tenho certeza de que a mim e ao Deputado Domingos Scarpellini, que primamos pela segurança do povo e que honramos e respeitamos a hierarquia que existe neste País, nada nos preocupa. Apenas fica o registro para que fatos desta natureza não venham a se repetir nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 134/85.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 320 e 321/85, 15 e 167/86.

Levanta-se a sessão.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 01.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1987
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Alexandre Ceranto.

Às dezessete horas e dezesseis minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Rubens Bueno, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Bárbara, Cândido Bastos, Homero Oguido, José Felinto, Luiz Antônio Setti e Paulo Furiatti (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos

trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Não havendo ata a ser lida, nem expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Esta Presidência gostaria de registrar a presença em Plenário do Senhor Osvaldo Militão, da "Folha de Londrina", e da televisão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 58/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Jorge do Patrocínio", com sede e foro na Cidade de São Jorge do Patrocínio. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n. 23, de 08.04.86.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 58/86

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, objetiva o presente plano de Lei declarar de utilidade pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Jorge do Patrocínio", com sede e foro na Cidade de São Jorge do Patrocínio.

Encontra-se o processado, instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental a sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada, e mais

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 58/86.

Levanta-se a sessão.